

REQUERIMENTO

Assunto: PONTO DE SITUAÇÃO DE ASSUNTOS PENDENTES COM A REPÚBLICA RELATIVOS AO FAIAL

No passado dia 6 de janeiro, o senhor Presidente do Governo Regional dos Açores esteve reunido com o senhor Primeiro-ministro para, segundo o GACS, analisar “a evolução concreta de diversos assuntos setoriais pendentes entre a República e os Açores.”

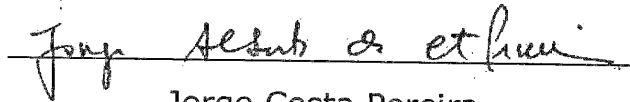
Ainda de acordo com o GACS, o Presidente do Governo considerou que “apesar desta ter sido uma audiência de apresentação de cumprimentos, já muito evoluímos e resolvemos em diversas matérias”, enumerando-se, entre os temas abordados, os seguintes: a degradação de alguns serviços do Estado na Região; a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada; a complementaridade entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde; a situação do setor leiteiro regional; a situação económica e social da ilha Terceira, em particular, na sequência da decisão norte-americana de reduzir o seu contingente na Base das Lajes; os direitos dos Açores várias matérias relacionadas com o Mar; a situação do Serviço Público de Rádio e Televisão; a situação da Universidade dos Açores; e a questão da solidariedade nacional face aos prejuízos verificados em vários portos, na sequência das intempéries de 14 de dezembro.

Considerando que entre as questões atrás enumeradas e tornadas públicas não figuram algumas que se relacionam com situações pendentes com a República e que importam especificamente ao Faial, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

1. Considerando o compromisso do Partido Socialista com a ampliação da pista do aeroporto da Horta, considerada um “investimento

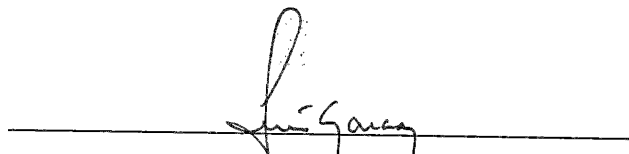
- estruturante" e que "será também apoiada pelo Governo Regional", foi a questão abordada?
2. Se não, porquê? Se sim, qual a evolução havida?
 3. Considerando as condições da cadeia da Horta, a necessitar de urgente intervenção de reabilitação/manutenção que garanta maior dignidade a quem lá se encontra detido, e cujas obras já haviam sido prometidas há dois anos, foi a situação tratada?
 4. Se sim, qual o ponto de situação? Se não, porquê?
 5. Considerando o património do estado nesta ilha em situação de quase abandono (Quartel do Carmo, fortes da Espalamaca e da Guia, por exemplo), foi o mesmo analisado?
 6. Se não, porquê? Se sim, qual o ponto de situação?

Horta, 19 de janeiro de 2016



Jorge Costa Pereira

Deputado



Luís Garcia

Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 195	Proc. n.º 54.03.0
Data: 016 / 01 / 20	N.º 494 / X